



XXXIII SIC SALÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Evento	Salão UFRGS 2021: SIC - XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2021
Local	Virtual
Título	O papel da licença compulsória na garantia ao direito à saúde no contexto de Pandemia do Sars-CoV-2
Autor	ALESSA TAYJEN MARTINS
Orientador	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

O papel da licença compulsória na garantia ao direito à saúde no contexto de Pandemia do Sars-CoV-2

Alessa Tayjen Martins - pesquisadora
Prof^a. Dra. Ms. Lisiane Feiten Wingert Ody - orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Direito
Núcleo de Pesquisa em Direito Comparado e Internacional

O presente trabalho analisa o desempenho da licença compulsória na garantia do direito à saúde em contextos de emergência pública, especificamente a pandemia do Sars-CoV-2. A pesquisa, de caráter qualitativo, faz uso do método de revisão bibliográfica exploratória e da análise de legislação pátria e de acordos internacionais. A relevância do tema decorre do impacto que as patentes farmacêuticas têm no enfrentamento da situação pandêmica, pois guardam relação direta com o acesso e o custo do tratamento da população. A licença compulsória é medida de caráter excepcional, caracterizada como a autorização, concedida pelo Estado, que faculta a suspensão temporária do direito exclusivo do titular da patente de impedir terceiro, sem seu consentimento, de produzir, usar, vender ou importar produto ou processo objeto de patente. Diante da epidemia de HIV, em 2007, o Brasil decretou a licença compulsória sobre o medicamento Efavirenz, o que foi considerado justificado pelo interesse público e, portanto, tido como medida legítima. Em 2020, com a classificação do estágio de contaminação do Covid-19 como pandemia, e a consequente necessidade de desenvolvimento de tratamentos para a doença, cresceu a demanda por insumos farmacêuticos, muitos deles medicamentos patenteados. Em situações de calamidade pública, pode haver certo desequilíbrio entre a proteção dos direitos do inventor e os interesses sanitários da coletividade, contexto em que a licença compulsória assume grande relevância. A presente pesquisa, ainda em andamento, aponta para a conclusão parcial de que, embora a proteção de patentes não seja um impeditivo para que se garanta o direito à saúde, a licença compulsória é mecanismo que garante que os direitos de propriedade intelectual não prevaleçam sobre outros direitos fundamentais nessas situações excepcionais.